

# DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trouxeram com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.  
Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano . . . . . 18\$000  
Dias por semestre . . . . . 10\$000  
Anúncios, por linha . . . . . 60  
Comunicados e correspondências, por linha . . . . . 60  
Número avulso, cada folha de quatro páginas . . . . . 40  
Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respectar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração, não devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

## SUMÁRIO

### MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:

Nota da audiência realizada para a entrega das credenciais do Ministro do Japão em Portugal.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre movimento de pessoal.  
Lei de 21 de Maio, autorizando a Câmara Municipal de Torrões Vedras a contrair um empréstimo para a construção duma escola.  
Despachos e declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.  
Rectificação ao anúncio de concurso para provimento de escolas primárias publicado no Diário n.º 111.  
Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.  
Despachos pela Direcção Geral da Assistência, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.  
Despachos e rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.  
Despachos reconstituindo comissões concelhias de administração.  
Rectificações a despachos pela Direcção Geral dos Eclesiásticos, sobre concessão de pensões.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Secretaria Geral, sobre concessão de aposentações e movimento de pessoal.  
Despachos pela Direcção Geral da Fazenda Pública, sobre movimento de pessoal.  
Relações de títulos de renda vitalícia.

### MINISTÉRIO DA MARINHA:

Ordem da Armada n.º 2 (série A), referida a 29 de Fevereiro.

### MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Portaria de 15 de Maio, dissolvendo a comissão que fôra incumbida de proceder a um inquerito ao trabalho de construção civil.  
Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.  
Anúncio de concurso para provimento de lugares de guarda florestal de 3.ª classe.  
Despachos e rectificações a despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos, sobre movimento de pessoal.

### MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Decretos de 18 de Maio:  
Criando na comarca de S. Tomé dois lugares de tabelião privativo de notas.  
Demittindo um terceiro oficial do quadro aduaneiro das províncias de Angola e S. Tomé e Príncipe.  
Despachos pela Direcção Geral das Colónias, sobre movimento de pessoal.  
Decreto de 12 de Maio, provendo um lugar de segundo aspirante do quadro aduaneiro de Angola e S. Tomé e Príncipe.

### CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projecto de lei estabelecendo um regime administrativo autónomo no Arsenal do Exército  
Senado da República Portuguesa, projecto de lei estabelecendo que 50 por cento das receitas do Estado provenientes das taxas dos cabos submarinos amarrados na provincia de Cabo Verde constituam receita do Ministério das Colónias com destino a melhoramentos naquela provincia.

### TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal Administrativo, acórdãos n.ºs 13:900, 13:904 e 13:926.

### AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Junta do Crédito Público, aviso acerca do sorteio de obrigações de 4 por cento de 1888; editos para averbamento de títulos.  
Comissariado de policia de Leiria, anúncio para provimento de dois lugares de guarda.  
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aviso acerca do provimento duma pensão vitalícia a uma viuva de oficial do exército morto em Africa no serviço militar.  
Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando, anúncio para arrematação de géneros alimentícios e outros artigos.  
Tesouraria da Fazenda do 2.º bairro de Lisboa, aviso acerca do pagamento da contribuição de renda de casas e sumptuária do primeiro semestre de 1912.  
Arsenal da Marinha, aviso de que a quantidade de carvão a arrematar em 7 de Junho é de 2:500 toneladas.  
Depósito de praças do ultramar, anúncio para arrematação de artigos de uniforme.  
Direcção das Obras Públicas do distrito de Faro, anúncio para arrematação de artigos de expediente e desenho.  
Observatório Astronómico de Lisboa, boletim da hora média na 1.ª quinzena de Maio.  
Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.  
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.  
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

### AVISOS E PUBLICAÇÕES.

### ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

### SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 160 — Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Porto, em 21 de Maio.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS Direcção Geral dos Negócios Políticos e Diplomáticos

### 2.ª Repartição

Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa recebeu ontem pelas 14 horas e meia, no Palácio de Belém, em audiência solene para entrega de credenciais, o Sr. Minozi Arakawa, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Japão.  
O Sr. Minozi Arakawa, ao depor nas mãos do Chefe de Estado a carta de Sua Majestade o Imperador, pronunciou o seguinte discurso: Your Excellency — I have the honour to address Your Excellency that I have been commanded by my August Sovereign, His Majesty the Emperor of Japan to reside near the Government of the Republic of Portugal as Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary, being desirous of maintaining the relations of good understanding which happily exist between Japan and Portugal and also to convey to Your Excellency his hearty wishes for the healths of Your Excellency, Her Excellency Madame President and your family and also for the happiness and the prosperity of the nation of the Republic.

I also have the honour in handing you over the letters of credence, hoping that Your Excellency and Your Government may be good enough to extend to me the favourable assistance in order to accomplish this honourable mission already stated.

### Tradução

Excelência. — Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que o meu Augusto Soberano, Sua Majestade o Imperador do Japão, desejando manter as relações de bom entendimento, que felizmente existem entre o Japão e Portugal, me designou para residir junto do Governo da República Portuguesa, como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, e me encarregou igualmente de transmitir a V. Ex.ª os seus votos sinceros pelo bem estar de V. Ex.ª, de Sua Excelentíssima esposa e de sua familia, e bem assim pela prosperidade do povo da República.

Tenho também muita honra em entregar V. Ex.ª a minha Carta de Crença, esperando que V. Ex.ª e o seu Governo tenham a bondade de me prestar favorável concurso de forma a facilitar o cumprimento daquela honrosa missão.

S. Ex.ª o Presidente respondeu:

Senhor Ministro. — Recebi com vivo prazer a carta que vos acredita junto do Governo da República Portuguesa na qualidade de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Imperador do Japão.

São altamente apreciados em Portugal os desejos que animam Sua Majestade de manter as boas relações que unem os dois países.

Penhora-nos em extremo o interesse do Vosso Augusto Soberano pela prosperidade do Povo Português e muito grato fico aos sentimentos que me expressais da parte de Sua Majestade pela minha pessoa e pela minha familia. Peço-vos que signifiqueis a Sua Majestade os votos da Nação Portuguesa pela ventura de Sua Majestade e de toda a Família Imperial e pela felicidade do Povo Japonês.

No desempenho da honrosa Missão que vos foi confiada podeis contar, Senhor Ministro, com o meu lial concurso e o de Governo Português.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Secretaria Geral

Para os devidos efeitos se publica o seguinte despacho, visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 22 do actual mês:

Maio 18

Henrique Carlos de Abreu Gama — nomeado, nos termos da resolução da Assembléa Nacional Constituinte, de 12 de Agosto de 1911, para o lugar de amanuense da Direcção Geral da Assistência, vago pela promoção de José Martins Ribeiro a segundo official.

Secretaria do Ministério do Interior, em 23 de Maio de 1912. — O Secretário Geral, Ricardo Paes Gomes.

## Direcção Geral da Administração Política e Civil

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:  
Artigo 1.º Fica autorizada a Câmara Municipal de

Torrões Vedras a contrair um empréstimo de 5:000\$000 réis, amortizável em vinte anos.

Art. 2.º A quantia referida no artigo antecedente será exclusivamente aplicada à construção duma escola primária mixta.

Art. 3.º O serviço de pagamento de juros e amortização de capital será feito à custa das receitas gerais do mesmo município.

Art. 4.º O juro não será superior a 6 por cento.

Ar. 5.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro do Interior a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 21 de Maio de 1912. — Manuel de Arriaga — Silvestre Falcão.

## Direcção Geral da Instrução Primária

### 2.ª Repartição

Para os devidos efeitos se declara que tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 9 de Maio corrente, o despacho ministerial de 17 de Abril último, que nomeou o professor regente da escola de S. Bartolomeu, da cidade de Coimbra, Duarte Mendes da Costa, professor interino da Escola Normal de Coimbra, para substituir o professor da mesma escola, Carlos da Silva Oliveira.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

### 3.ª Repartição

Por despacho de hoje:

Concedida licença, por motivo de doença, aos seguintes professores primários:

Isabel da Costa Simões Brígida, da escola mixta de Vila Pouca, freguesia de Cernache, concelho e circulo escolar de Coimbra — noventa dias.

José Madalena Nunes, da escola da freguesia de Lagoa, concelho do Sabugal, circulo escolar da Guarda — trinta dias.

Maria Amélia Nunes de Paiva, da escola do sexo masculino, freguesia de Coja, concelho e circulo escolar de Arganil, segundo lugar — sessenta dias.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

Para os devidos efeitos se declara que é na freguesia de Sobral da Lagoa, concelho de Óbidos, e não Sobral da Lapa, como por lapso saiu annunciada, a escola sob esta denominação posta a concurso no Diário do Governo n.º 111, de 13 do corrente.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 23 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, João Augusto Caldeira Rebolo.

## Direcção Geral da Instrução Secundaria Superior e Especial

### 3.ª Repartição

Por despacho do 13 do Abril último:

José António Ferreira, empregado menor do Liceu de Pedro Nunes — colocado, com o vencimento de réis 200\$000 anuais, na vaga que deixou, no mesmo Liceu, o empregado da mesma categoria, Raúl Sampaio Efron Costa, que, por despacho de 14 de Fevereiro, próximo passado, (Diário do Governo de 15 do mesmo mês) foi exonerado a seu pedido. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 15 do corrente).

Por despacho de 22 de Março último:

José Fernandes — nomeado, provisoriamente, servente do Liceu de Passos Manuel. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 21 de Maio corrente).

Por despacho do 29 de Fevereiro último:

Alfredo Simões Pimenta — nomeado professor provisório da disciplina de gymnastica do Liceu Central de Leiria. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 18 de Maio corrente).

Por decreto de 4 de Maio corrente:

Alfredo Marques Manso — nomeado, precedendo concurso, terceiro official da Secretaria da Universidade de Coimbra. (Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 21 de Maio corrente).